



PROCESSO: 8.016/2009
INTERESSADO: Consórcio Alphaville Votorantim
ASSUNTO: Loteamento Alphaville Nova Esplanada – Fase 2
MUNICÍPIO: Votorantim

1. INTRODUÇÃO

Esta súmula se refere ao Parecer Técnico nº 194/12/IE, elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos, visando subsidiar o licenciamento ambiental do Loteamento Alphaville Nova Esplanada Fase 2, a ser implantado em área de aproximadamente 205,5 ha, com acesso pela Avenida Gisele Constantino, em Zona de Média Densidade tipo 01 do município de Votorantim, sob responsabilidade do Consórcio Alphaville Votorantim, com base no Estudo de Impacto Ambiental e Respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trata-se de um loteamento misto cujo projeto urbanístico final, apresentado em 26/04/12, prevê a implantação de 1.424 lotes residenciais e 110 lotes comerciais, com áreas médias de 500 m². A população prevista na situação de ocupação plena do loteamento será de 9.451 residentes.

As áreas públicas ocupam 59,92% da área do loteamento, das quais 20,95% serão sistema viário, 23,04% áreas verdes, 9,85% áreas de lazer permeáveis, 0,75% corpos d'água e 5,34% áreas institucionais.

A previsão de execução da infraestrutura do loteamento é de 24 meses, a um custo estimado em R\$ 31.599.184,95.

3. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais impactos ambientais previstos nas fases de implantação e operação do empreendimento e as respectivas medidas mitigadoras são os seguintes:

Poluição e Incômodos Gerados Durante as Obras - O canteiro de obras será implantado em uma área de 1.000 m² e contará com salas administrativas, almoxarifado, laboratório, refeitório, vestiário e instalações sanitárias (fossas sépticas conforme Norma NBR nº 7.229/93). Os resíduos sólidos domésticos serão coletados pela Prefeitura de Votorantim e os resíduos da construção civil serão coletados por empresas licenciadas. Está prevista a implantação de sistema provisório de drenagem para evitar o carreamento de partículas para os corpos hídricos, a umidificação das vias para evitar suspensão de poeiras e a manutenção dos veículos para minimizar a emissão de poluentes atmosféricos e ruídos, entre outras medidas. Por ocasião da solicitação da Licença de Instalação deverá ser apresentado Programa de Controle Ambiental das Obras contendo o detalhamento de tais ações.

Desenvolvimento de processos erosivos e assoreamento das drenagens - Poderão ocorrer principalmente na fase de implantação e serão decorrentes das obras de terraplenagem para abertura do sistema viário e movimentação de terra para implantação da infraestrutura de saneamento básico, totalizando cerca de 301.014 m³ de corte e aterro, sem necessidade de bota-fora. Foi proposta a implementação de medidas mitigadoras (instalação de sistemas de drenagem e bacias de contenção, monitoramento do nível de assoreamento das drenagens, etc) que deverão ser detalhadas no Programa de Controle Ambiental das Obras.

Impactos da impermeabilização do solo - A substituição das áreas de pastagem e de vegetação pioneira por usos urbanos, onde uma parcela da área receberá revestimento impermeável (cerca 66% da gleba), resultará num aumento da vazão de escoamento superficial a jusante do empreendimento. Para minimizar riscos de enchentes será executado pelo empreendedor o desassoramento do córrego dos Pires e seu afluente, além da construção de 3 barramentos para controle de vazão, cujas outorgas foram emitidas pelo DAEE. Foi exigida a proposta de implantação de pavimentos permeáveis nas vias internas secundárias e passeios, além do monitoramento geotécnico dos barramentos.

Perda de cobertura vegetal e intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APP) - A ADA é coberta predominantemente por pastagem ou vegetação em estágio pioneiro de regeneração e vegetação paludal. O empreendimento não prevê supressão de fragmentos de vegetação nativa, mas de árvores isoladas, que deverão ser compensadas atendendo o disposto na Resolução SMA nº 18/07. As intervenções em APP ocorrerão para a construção de dispositivos de drenagem e do acesso viário à Área Institucional.

Como medidas mitigadoras ou compensatórias, o EIA propôs, além da incorporação da vegetação nativa nas Áreas Verdes, que corresponderão a 23,04% da gleba, o reflorestamento das APPs e a arborização dos sistemas de lazer e passeios públicos. Como exigências adicionais, foram solicitadas: a obtenção de autorizações para o corte de árvores isoladas e intervenções em APP e o detalhamento do Programa de Reflorestamento e Manejo das Áreas Verdes.

Afugentamento da fauna - O levantamento de fauna registrou na Área Diretamente Afetada 48 espécies de aves, 19 espécies de anfíbios e répteis, além de 11 espécies de mamíferos, sendo que *Leopardus tigrinus* (gato-do-mato), *Mazama sp* (veado) e *Galictis cuja* (furão) estão indicados na lista estadual de espécies ameaçadas. Foi proposto no EIA a implantação de 5 passagens de fauna, treinamento de funcionários envolvidos nas obras, sinalização do sistema viário e monitoramento de ruídos. Foi solicitada a realização de um Programa de Monitoramento de Fauna e o detalhamento das ações de manejo e proteção da fauna nativa.

Aumento da demanda por saneamento ambiental - A demanda de água potável prevista no EIA é de 59 L/s, que serão fornecidos pelo SAEE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Votorantim. O empreendedor será responsável, conforme Certidão de Viabilidade de 28/06/10, pela ampliação do sistema de tratamento da Estação de Tratamento de Água existente e a implantação de Estações Elevatórias para direcionar os esgotos gerados pelo empreendimento à Estação de Tratamento de Esgotos existente.

Quanto aos resíduos sólidos domésticos, estimados em 5,6 t/dia, a Prefeitura de Votorantim manifestou disponibilidade de coleta com frequência de 3 vezes por semana. Para diminuir a geração de resíduos foi exigida a implantação de um Programa de Coleta Seletiva e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

Aumento do Tráfego nas Vias de Acesso ao Empreendimento- Estima-se o acréscimo diário de 9.300 viagens de automóveis e 1.400 de ônibus na ocupação plena do loteamento. O estudo de tráfego apresentado no EIA indica que a via de acesso ao empreendimento, a Avenida Gisele Constantino, possui capacidade de atender 2.000 veículos/hora por sentido, estado operando atualmente com 500 veículos/hora nos horários de maior fluxo, possuindo dessa forma capacidade de atender ao aumento da demanda. Para minimizar o provável aumento nos acidentes de tráfego causados pelo aumento no fluxo de veículos o EIA propõe a implantação de sinalização e fiscalização eletrônica. Antes da operação do empreendimento será necessário comprovar a implantação adequada do sistema viário interno. As melhorias no sistema viário de acesso e eventuais ampliações futuras deverão ser negociadas com os órgãos competentes da prefeitura municipal.

Interferências em sítios arqueológicos - O levantamento arqueológico realizado na Área de Influência Indireta identificou a presença três sítios arqueológicos, dois deles resgatados antes da implantação da Fase 1 do empreendimento, conforme liberação pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional por meio do PT 332/09. A emissão da licença de instalação da Fase 2 estará condicionada à apresentação de Parecer do IPHAN referente ao diagnóstico detalhado e resgate do terceiro sítio arqueológico.

4. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Em cumprimento à legislação sobre compensação ambiental – Lei Federal nº 9.985/00, o interessado propôs a destinação dos recursos de compensação ambiental para a APA de Ituparanga. A referida proposta será avaliada pela Câmara de Compensação Ambiental da



SÚMULA DO PARECER TÉCNICO Nº 194/12/IE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Secretaria de Meio Ambiente - SMA, que definirá o valor e destino dos recursos compensatórios. Para emissão da Licença de Instalação, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA.

5. CONCLUSÃO

Com base na análise do EIA/RIMA e demais documentos constantes do Processo SMA 8016/09, a equipe técnica do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos concluiu que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico nº 194/12/IE. Nestes termos, submete ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental do Loteamento Alphaville Nova Esplanada – Fase 2.

São Paulo, 04 de maio de 2012.

Ana Cristina Pasini da Costa
Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental
Diretora